

A terra nunca acaba: sabedoria e ação Xavante no cinema

Clovis Antonio Brighenti

PPGHIS / UNILA

A terra nunca acaba: sabedoria e ação Xavante no cinema

Resumo:

A terra é fundamental para a continuidade da vida, porque ela, diferente de bens materiais, nunca acaba. Assim é a filosofia do povo Xavante que, pela terra, lutou por quase 40 anos desde a grande diáspora em 1966 até seu retorno para a terra ancestral do Marãiwatsédé/mata bonita, em 2004. Anos antes da expulsão definitiva já haviam sido violentamente agredidos e expulsos da terra. O presente artigo coteja a memória e documentos históricos com dois Curtas: *Homem Branco em Marãiwatsédé* (2010) e *A Terra Não Termina* (2012), apresentados no Cineclube Cinelatino. Uma história que se assemelha a tantas outras no Brasil, mas infelizmente poucos povos indígenas tiveram a possibilidade de recuperar suas terras ancestrais. O cinema tem o potencial de ser o veículo da modernidade que contribui com a memória, tornando conhecida a história que o Brasil desconhece.

Palavras-chave: *Terra; Xavante; Violência; Memória; Cinema.*

La tierra nunca termina: sabiduría y acción Xavante en el cine

Resumen:

La tierra es fundamental para la continuidad de la vida, porque, a diferencia de los bienes materiales, nunca se acaba. Tal es la filosofía del pueblo Xavante que, por la tierra, luchó durante casi 40 años desde la gran diáspora en 1966 hasta su regreso a la tierra ancestral de Marãiwatsédé/mata bonita, en 2004. Años antes de la expulsión definitiva ya había sido golpeado violentamente y expulsado de la tierra. Este artículo recopila memoria y documentos históricos con dos cortometrajes: *Hombre Blanco en Marãiwatsédé* (2010) y *La Tierra no Termina* (2012), presentados en Cineclub Cinelatino. Una historia que es similar a tantas otras en Brasil, pero son pocos pueblos indígenas que tuvieron la posibilidad de recuperar sus tierras ancestrales. El cine tiene el potencial de ser el vehículo de la modernidad que contribuye a la memoria, dando a conocer la historia que Brasil desconoce.

Palabras clave: *Tierra; Xavante; Violencia; Memoria; Cine.*

The land never ends: wisdom and Xavante action in the cinema

Abstract:

The land is fundamental for the continuity of life, because it, unlike material goods, never ends. Such is the philosophy of the Xavante people who, for the land, fought for almost 40 years from the great diaspora in 1966 until their return to the ancestral land of Marãiwatsédé/beautiful forest, in 2004. Years before the definitive expulsion they had already been violently beaten and driven out of the land. This article collects memory and historical documents with two Short Films: *White Man in Marãiwatsédé* (2010) and *The land never ends* (2012), presented at Cinelatino film club. A story that is similar to so many others in Brazil, but that few indigenous peoples had the possibility to recover their ancestral lands. Cinema has the potential to be the vehicle of modernity that contributes to memory, making known the history that Brazil does not know.

Keywords: *Land; Xavante; Violence; Memory; Cinema.*

CINELATINO A/PRESENTA:

NO CORAÇÃO DO MUNDO

DIA/DIA: 29/10
AS/A LAS: 19:00HR

NO/EN CINE CATARATAS

+ DEBATE após a sessão com TEREZA SPYER, RAFAEL LEMOS, MICHELLE DAGAS e MARIA C. ORTIZ

ENTRADA R\$5,00

VENDAS ONLINE: CINECATARATAS.COM.BR

CINELATINO A/PRESENTA:

MEU NOME É DANIEL

DIA/DIA: 19/11
AS/A LAS: 19:00

NO/EN CINE CATARATAS

+ DEBATE após a sessão com PATRÍCIA QUEIROZ e TÁHIANA COELHO

ENTRADA R\$ 5,00

VENDAS ONLINE: CINECATARATAS.COM.BR

CINELATINO A/PRESENTA:

MOSTRA XAVANTE

01 E 02 OUTUBRO

ENTRADA TRANÇA NO CINE CATARATAS

EXIBIÇÃO E DEBATE COM MÁRIO RAMALHO e GIOVIS BRIGHENTI

19:00 HORAS

CINELATINO A/PRESENTA:

LOS SILENCIOS

DIA/DIA: 30/04
AS/A LAS: 19:00 HORAS

NO/EN CINE CATARATAS

SESSÃO EXTRA NO/EN CINE CATARATAS

ENTRADA R\$5,00

CINELATINO A/PRESENTA:

BACURAU

PRÉ-ESTREIA DIA/DIA: 24/08
SESSÃO/SESIÓN AS/A LAS: 19:00hr

NO/EN CINE CATARATAS

+ DEBATE após a sessão com FÁBIO RAMALHO, CÂMILA VITAL e CAIO AGUIAR

ENTRADA R\$5,00

VENDAS ONLINE: CINECATARATAS.COM.BR

CINELATINO A/PRESENTA:

PALESTINA VIVE II

3º CICLO DE DEBATE E MOSTRA DE FILME

SÁBADO 10 DE AGOSTO 19H30 NA

FUNDAÇÃO CULTURAL FÓZ DO IGUAÇU 2018

www.yallahyallah.com.br - PRIMEIRA CO-PRODUÇÃO OFICIAL ENTRE ARGENTINA E PALESTINA - 2018

CINELATINO A/PRESENTA:

Yallah! Yallah!

Futebol, patinação e luta

APRESENTAM ROMA

DEBATEDORA DE A. DEBASAN

21/10 - 19:00

JARAGUÁ PRODUÇÕES, PLANO 9 E INQUIETA CONVIDAM PARA

EXIBIÇÃO DO FILME + DEBATE COM DIRETOR, TEREZA SPYER (UNILA) E ESTER MARÇAL (UNILA)

EM NOME DA AMÉRICA

DIA 24 / 08 - 16H30 - FÓZ DO IGUAÇU (PR)

UNILA - CAMPUS JARDIM UNIVERSITÁRIO - AUDITÓRIO MARTINA (SALA 309)

AV. TARQUÍNIO JOSLIN DOS SANTOS, 1000 - JD. UNIVERSITÁRIO - FÓZ DO IGUAÇU

A SESSÃO ESTARÁ DENTRO DO PROJETO DE EXTENSÃO CINECLUBE CINELATINO.

CINELATINO A/PRESENTA:

A PARTE DO MUNDO QUE ME PERTENCE

DIA/DIA: 04/06
AS/A LAS: 9:00hr

NO/EN CINE CATARATAS

+ DEBATE após a sessão com TÍCIA-MONTEIRO, ELIANA DELGADO, WALL ASSIS e o ator MARCOS PIMENTEL

ENTRADA R\$5,00

VENDAS ONLINE: CINECATARATAS.COM.BR

CINELATINO A/PRESENTA:

ESTOU ME GUARDANDO PARA QUANDO O CARNAVAL CHEGAR

DIA/DIA: 22/11
AS/A LAS: 19:00HR

NO/EN UNILA - JD UNIVERSITÁRIO, AUDITÓRIO MARTINA

+ DEBATE após a sessão com FERNANDO PRADO, VICTÓRIA DARLING e MARIANA MALHEIROS

ENTRADA GRATUITA

CINELATINO A/PRESENTA:

DIVINO AMOR

DIA/DIA: 24/09
AS/A LAS: 19:00 HORAS

NO/EN CINE CATARATAS

+ DEBATE após a sessão com JOÃO BARROS, ESTER FER e JOÃO P. DA SILVA

ENTRADA R\$5,00

VENDAS ONLINE: CINECATARATAS.COM.BR

CINELATINO A/PRESENTA:

ELEIÇÕES

DIA/DIA: 28/05
AS/A LAS: 19:00 horas

NO/EN CINE CATARATAS

+ Debate com TEREZA SPYER, CAIO AGUIAR e JOCELYNE HERRERA

ENTRADA R\$5,00

CINECLUBE CINELATINO NO

I ENCONTRO INTERNACIONAL POESIA E ARTES EM PRISÕES

EXIBIÇÕES NOS DIAS 30 DE OUTUBRO E 1 DE NOVEMBRO

LUNAS CAUTIVAS

MARCIA PARADISO ARGENTINA, 2013

01/11 - 18H - SALA C208

CINELATINO APRESENTA:

Café Com Tabela

DIA: 09/03
AS: 19:00 horas

EXIBIÇÃO NO Cine Cataratas

ENTRADA R\$5,00

CINELATINO APRESENTA:

HISTÓRIAS QUE NOSSO CINEMA (NÃO) CONTRUÍ

DIA: 04/10
HORAS: 19:00

NO/EN CINE CATARATAS

ENTRADA R\$5,00

CINECLUBE CINELATINO NO

I ENCONTRO INTERNACIONAL POESIA E ARTES EM PRISÕES

EXIBIÇÕES NOS DIAS 30 DE OUTUBRO E 1 DE NOVEMBRO

AMÉRICA ARMADA

ALICE LANARI e PEDRO ASBEG BRASIL, 2018

30/10 - 19H - SALA C208

CINELATINO APRESENTA:

O PROCESSO

Documentário "O Processo" chegou em Foz! Quinta-feira, às 19h, no Cine JL

Debatedoras: Michele Das Tereza Spyer Camila Vital

Apoio: UNILA

Organização: Projeto de extensão "Formação política e cidadania na interface entre TAES, UNILA e comunidade"

CINELATINO APRESENTA:

O NÓ DO DIABO

DIA: 20/11
HORAS: 19:00

NO/EN CINE CATARATAS

+ DEBATE E DEBATE SOBRE RACISMO EM HOMENAGEM AO DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO

ENTRADA R\$ 5,00

CINELATINO A/PRESENTA:

ARONESA

dirigido por JULIANA ANTUNES

SEGUNDA (24) às 19h no CINE CATARATAS

Compras na Bilheteria, terminais de auto atendimento e no site: www.cinecataratas.com.br

Valor promocional: R\$5,00

CINELATINO A/PRESENTA:

ESPERO TUA (RE)VOLTA

DIA/DIA: 03/09
AS/A LAS: 19:00HR

NO/EN AUDITÓRIO MARTINA - UNILA JD. UNIVERSITÁRIO

+ DEBATE após a sessão com CÁTIA CASTRO, EMILLY WITTE, GILBERTO MORENO, JULIANA BALESTRA e LUCIANA G8

ENTRADA GRATUITA

CINELATINO A/PRESENTA:

JONAS E O CIRCO SEM LONA

22 OUTUBRO 19:00-HR

NO/EN CINE CATARATAS

+ DEBATE após a sessão com TEREZA SPYER, CAIO AGUIAR e JOCELYNE HERRERA

ENTRADA R\$5,00

CINELATINO A/PRESENTA:

LOS SILENCIOS

DIA/DIA: 12/06
SESSÃO/SERIES AS/A LAS: 16:00hr

NO/EN EL AUDITÓRIO MARTINA (UNILA - Jardim Universitário)

+ DEBATE após a sessão com a diretora / tras la sesión con la directora

BEATRIZ SEIGNER

ENTRADA GRATUITA

1ª MOSTRA DE CINEMA INDÍGENA XAVANTE EM PERSPECTIVA

ENTRADA GRATUITA

Data: 28 e 29 de maio de 2018

Local: Cine Cataratas (sala 3) CATARATAS JI SHOPPING

Horário: 21h30



Introdução

A resistência do povo indígena Xavante no estado do Mato Grosso no contexto das violações de direitos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a determinação e as estratégias de luta para recuperar a terra ancestral, denominada Marãiwatsédé – que quer dizer literalmente mata fechada, e mata fechada para os Xavante é sinônimo de mata bonita, densa, escura de perder de vista – foi narrada através do cinema em dois curtas-metragens.

O primeiro curta, *Homem Branco em Marãiwatsédé* (2010), tem 12 minutos de duração. A direção, fotografia e narração são de Marcelo Bichara. As entrevistas foram feitas por Márcio Costa e a trilha sonora coube a Cacá Amaral e Grupo Tsawidi. Já a tradução das falas Xavante para o português foram realizadas pelo indígena Osmar Xavante. Sinopse do curta:

Em 2010, Marãiwatsédé (MT) recebeu o triste título de área mais devastada da Amazônia. O filme conta a história do povo Xavante que teve sua terra tomada pelos militares no início da ditadura, para criar a fazenda Suiá-Missú, considerada o maior latifúndio do mundo na década de 70. Os índios estão de volta e querem ocupar seu território. (CINEMA NAS ALDEIAS XAVANTE, 2017).

Já o segundo curta, *A Terra Não Termina* (2012), tem a duração de 15 minutos. A direção, edição e produção são de Marcelo Bichara, já a fotografia é de Marcelo Bichara e Karine Narahara com trilha sonora de Cacá Amaral. Sinopse do curta:

Outro olhar sobre a Rio+20. Durante a Eco 92, o governo brasileiro admitiu que havia expulsado os Xavante de seu território na ditadura militar. Ali foi criada a fazenda Suiá Missú, na época o maior latifúndio do mundo! Depois de 20 anos, os Xavante estão de volta ao Rio de Janeiro para dizer: “ninguém resolve!” (CINEMA NAS ALDEIAS XAVANTE, 2017).

As narrativas dos curtas são complementares, pois abordam a mesma temática com ênfases em momentos distintos. *Homem Branco em Marãiwatsédé* foca na memória dos Xavante sobre o processo de violência sofrido com a expulsão de suas terras ancestrais pelo latifúndio aliado aos governos civis-militares, as mortes e os sofrimentos no exílio. O documentário dá ênfase às ações para recuperar a terra depois de décadas de expulsão. Essas ações não são sem conflitos, porque ao longo do processo de devolução das terras ocorreram novas invasões e os novos invasores se recusam a devolver a terra grilada, exigindo diversas deliberações judiciais. Os Xavante lamentam que o Marãiwatsédé já não existe mais, virou terra arrasada, soja e capim para o gado dos fazendeiros. Em épocas de seca, os regionais ateiavam fogo no capim seco propositalmente, segundo os líderes Xavante, para destruir o que resta da biodiversidade. O curta trabalha também com a esperança do grupo em reconstruir a vida, refazer as casas tradicionais, “casas Xavante”, reviver os costumes próprios, desde alimentos, rituais e a cultura material.

Por sua vez, *A Terra Não Termina* narra uma das ações do povo pela recuperação das terras. Depois de 20 anos, quando foi prometida a devolução da terra na Conferência do Meio Ambiente (ECO-92), as lideranças voltam à cidade do Rio de Janeiro na Conferência do Meio Ambiente Rio+20, para denunciar que a promessa de 1992 não foi cumprida. Continuam com a terra invadida. Na capital fluminense buscam apoio da sociedade não indígena, de artistas, intelectuais, jornalistas e de voluntários que compreenderam o direito e a importância da terra para o povo. Conquistar a sociedade para suas lutas é uma estratégia importante. Sabem que no estado do Mato Grosso e especialmente na região Leste daquele estado onde se situa a referida terra, podem contar com o apoio de poucas pessoas e instituições, uma vez que a invasão

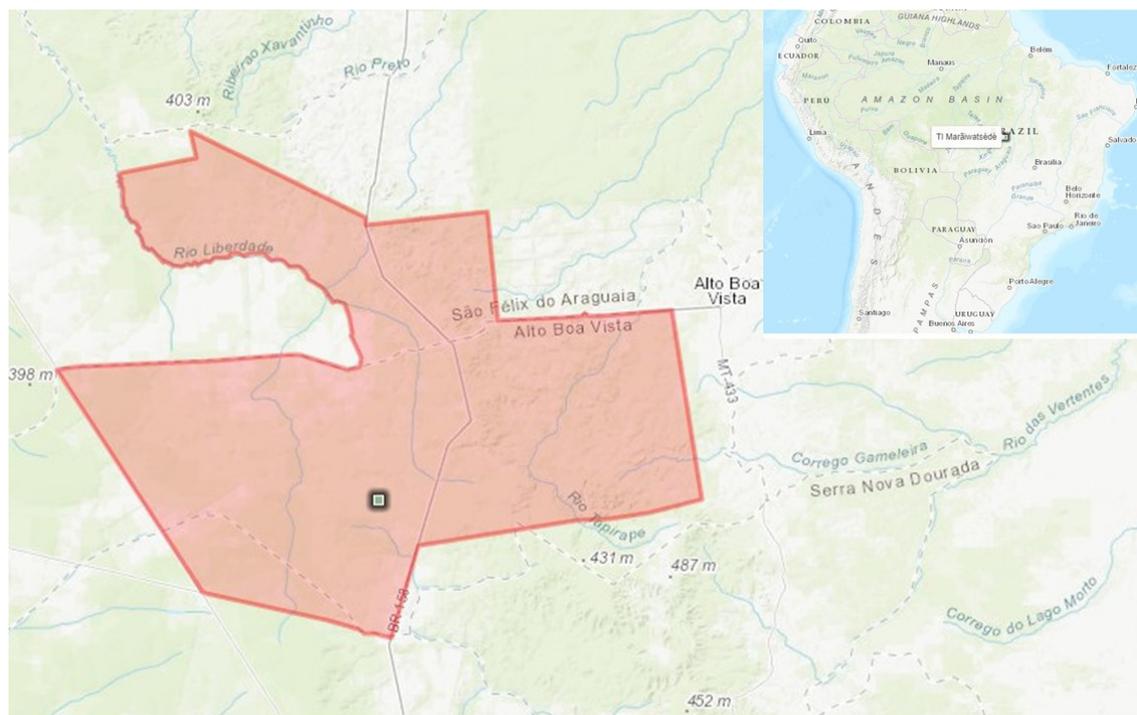
da terra foi impulsionada por grandes fazendeiros que em alguns casos são os detentores dos poderes administrativos e judiciais locais. Durante a atividade no Rio+20, o Cacique Damião Paridzané entregou um documento à presidenta Dilma Rousseff, pedindo sua intervenção no reconhecimento do direito Xavante sobre a terra.

O que há de comum nos dois documentários é a metodologia. Ambos trabalham com a dimensão da memória e da escuta. Os Xavante são protagonistas tanto das ações como das narrativas. Essa é uma dimensão importante a ser considerada nessas ferramentas audiovisuais, os indígenas sendo tratados como sujeitos de seus processos.

Contexto do povo Xavante da TI Marãiwatsédé

A Terra Indígena Marãiwatsédé está localizada na região Leste do estado do Mato Grosso, nos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia. Possui uma dimensão de 165.241 hectares, homologada e registrada no Cartório de Registro de Imóveis e na Secretaria de Patrimônio da União, conforme prevê o Decreto 1775 de 1996, que regula a demarcação de Terras Indígenas no Brasil.

Figura 1. Mapa da TI Marãiwatsédé. Instituto Socioambiental (2019).



Os Xavante pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, da família linguística “Jê”. No período quinhentista, os antepassados dos Xavante viviam na região do cerrado, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins (PREZIA; HOORNAERT, 2000). Com o avanço da colonização e a descoberta de ouro na região de Goiás e de Mato Grosso, esse grupo foge dos escravocratas e se desloca para o noroeste, passando a ocupar terras de transição do bioma Cerrado com o Amazônico. O próprio nome Marãiwatsédé está associado com o encanto com que os Xavante encontraram a floresta amazônica, mata fechada, alta, linda e farta. Por mais de 200 anos viveram tranquilamente na região.



Na década de 1940, durante o nacionalismo desenvolvimentista, o governo de Getúlio Vargas criou o programa Marcha para o Oeste, com o lema de “levar homens sem terra para terra sem homens”. Criava-se assim o conceito de “vazio demográfico” em áreas ocupadas há milênios por povos indígenas. Essas populações foram ignoradas, seja na condição de humanos, seja na condição de detentoras de direitos sobre as terras que ocupavam. Empresários e aventureiros ávidos por riqueza fácil entram nas regiões oeste do Brasil eliminando populações indígenas, florestas e transformando terras em dinheiro. Na sabedoria Xavante a terra nunca acaba, mas o dinheiro e os bens materiais sim acabam.

Conhecedores dos interesses dos não indígenas de largas experiências, de séculos passados, os Xavante resistiram a penetração em seu território. Além dos ataques dos bandeirantes, em 1788 foram reunidos nos aldeamentos de Carretão e São José de Mossamedes, nas cabeceiras do rio Tocantins. Devido aos maus tratos que recebiam, sofrendo fome e doenças, fugiram para o Mato Grosso, onde conquistaram a liberdade (NASCIMENTO, 2019). Por praticamente 150 anos viveram livres nas novas terras mato-grossenses. Serão impactados novamente a partir da década de 1940 com ações do Estado brasileiro através do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

A insistência em transformá-los em não indígenas, ou em “índios melhores”, como afirmava o SPI, ações foram desenvolvidas por padres e servidores do órgão indigenista para reuni-los em aldeamentos a fim de catequizá-los, “civilizá-los” e liberar as terras para a agropecuária. Em 1941 dois padres salesianos e a “equipe de pacificação” do SPI, chefiada pelo sertanista Pimentel Barbosa, foram atacados e mortos pelos Xavante. Em torno desse caso a imprensa e a propaganda oficial do governo criaram na população um imaginário de que os Xavante eram “bravios”, “primitivos” e “selvagens”, imagem oposta do que vinha sendo veiculado antes da ocorrência, quando os Xavante eram considerados os “bons selvagens”.

O SPI decide então colocar em prática sua função primeira, ou seja, “pacificar”. A pacificação foi o ato mais covarde e desumano desenvolvido pelo SPI desde sua criação. O objetivo era, sem uso de armas, atrair a confiança dos indígenas, desestruturar as bases de sua organização social para que não mais resistissem, reunir essas pessoas em pequenos fragmentos de terra (uma parte ínfima de seus territórios) e liberar o restante das terras para a oligarquia agrária que tem no agronegócio atual sua continuidade. Assim, os fazendeiros poderiam ocupar livremente as terras que eram indígenas, seguros de que não sofreriam qualquer ameaça. O Estado, através do SPI, se encarregava de protegê-los.

De acordo com informações colhidas pelo Instituto Socioambiental (2020), em 1946, os jornais noticiavam o grande feito do SPI e da “Expedição Roncador-Xingu”, chefiada pelo Coronel Flaviano de Mattos Vanique, quando Apöena e Francisco Meirelles conseguiram “pacificar” os Xavante. Para os Xavante, no entanto, foram eles que conseguiram pacificar os brancos. De todo modo, independentemente de quem foi pacificado, os fazendeiros entraram com toda velocidade para as terras da Serra do Roncador, no Leste do estado do Mato Grosso:

A publicidade em torno da “pacificação dos Xavante” alçou Meirelles e Apöena quase à condição de heróis nacionais. Como resultado da promoção midiática, imagens positivas dos Xavante e de suas nobres qualidades fizeram-se continuamente presentes na memória nacional por décadas após esse primeiro contato pacífico (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2020).

Em 1954 Francisco Meireles levou ao Rio de Janeiro um grupo de Xavante “pacificados” para mostrar à opinião pública o grande feito do SPI. Foram recebidos pelo presidente Vargas, com

a cobertura dos jornais, “sempre um tema em alta na mídia por sua fama de ser uma nação guerreira, os Xavante foram acompanhados por um repórter do jornal O Globo” (GARFIELD, 2011: 341).

Do território Xavante foram reservadas pequenas ilhas de terra para assentar algumas comunidades desse povo, mas sem regularização, fiscalização e proteção, de modo que as invasões foram expulsando os Xavante, e até a pouca terra que restou foi tomada pelos fazendeiros. Na medida em que a invasão dos fazendeiros avançava, os Xavante eram confinados cada vez mais nessas pequenas glebas.

A invasão das terras e transferência do grupo de Marãiwatsédé

A “pacificação” atingiu o objetivo, desestruturou a organização social dos Xavante e sua economia ficou estagnada. Esse processo não ocorreu em um único momento ou em um ato isolado, tardou alguns anos até que todos os Xavante ficassem reduzidos ao regime tutelar do SPI. Também não foi sem muitos conflitos tanto internos como externos, conforme demonstra Seth Garfield (2011).

Já Rubens Valente (2017) descreve o esbulho das terras Marãiwatsédé a partir de 1961, quando ocorreu a primeira grande invasão, com a instalação do maior latifúndio do Brasil, a Fazenda Suiá Missú, com mais de um milhão de hectares de terra, incorporando toda a região de Marãiwatsédé. A fazenda foi adquirida pelo paulista Ariosto da Riva, legítimo “pioneiro”, que já havia fundado diversas cidades, entre elas Naviraí, Alto Floresta e Apiacás. Ariosto adquiriu 690 mil hectares que, ao associar-se ao grupo empresarial Ometto, de origem italiana, “montaram na região uma imensa fazenda de gado, batizada de Suiá-Missú, em referência a um rio. O empreendimento recebeu forte apoio da Sudam [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, criada em 27/10/1966]” (VALENTE, 2017: 26), tanto em valores nominais como em incentivos fiscais.

Ariosto da Riva era um bandeirante do século XX. De sua entrada na região não ficou registrado quantos indígenas foram mortos a tiros. De acordo com Patrícia Cornils:

Todo o povo A'uwe Uptabi de Marãiwatsédé conhece esse nome. No mundo dos brancos, Da Riva é conhecido como “o último bandeirante”, desbravador, fundador de cidades no Mato Grosso (Naviraí, Alta Floresta, Paranaíta, Apiacás). É uma espécie de herói do progresso. Entre os Xavante, ele é lembrado como um predador (CORNILS, 2020).

O estado do Mato Grosso vendeu a Ariosto as terras Marãiwatsédé. Porém, nem o estado poderia ter vendido, nem Ariosto Riva poderia ter comprado, porque já era sabido que havia indígenas habitando a região e nesse caso as terras não eram devolutas, mas indígenas, inclusive sertanistas do SPI haviam recomendado demarcar como terras indígenas. Mas nem o Estado nem o SPI tomaram providências em favor dos indígenas.

A fazenda se instala justamente num momento em que os militares no poder decidem “ocupar” a Amazônia. Os indígenas, no projeto dos militares, eram apenas um estorvo a ser vencido. Para Valente, o projeto de ocupação da Amazônia denominado “Geopolítica do Brasil”, foi desenhado pelo general Golbery de Couto e Silva, que chamava a Amazônia de “deserto verde” e que deveria ser incorporada: “(...) o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar realmente à nação” (VALENTE, 2017: 25).



Junto com o latifúndio chegaram mais de 200 famílias, com mais de 700 trabalhadores para a fazenda e, 10 mil cabeças de gado. O desmatamento foi total, afugentando a caça e destruindo a forma de vida dos Xavante. Na fazenda havia duas aldeias. Desestruturados em todas as formas, os indígenas buscaram alimentos junto à sede da propriedade, quando são unificados numa única aldeia com 130 pessoas. Porém, a convivência com os não indígenas vai provocar mais conflitos, violências e desestruturação. Em 1963, a própria fazenda transfere os Xavante para uma área de menor interesse, por ser alagadiça e imprópria para o gado, cerca de 30 km da sede. Com isso a fazenda se livrava do incômodo dessa “gente maltrapilha pedindo comida” (VALENTE, 2017).

As informações chegam ao SPI e a missão dos padres Salesianos, que atuavam a cerca de 500 km ao sul, junto ao povo Bororo e Xavante (ver figura 2). Em 1966, em plena ditadura civil-militar, o fazendeiro, em conluio com o SPI e com os aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), transferem as famílias Xavante para a terra São Marcos, cerca de 450 km em linha reta, para o Sul. A autorização para a transferência foi assinada pelo chefe da Seção de Proteção e Assistência (SASSI), da Funai, Nilo Oliveira Vellozo, em 11 de julho de 1966. Um ato totalmente ilegal, criminoso e genocida, classificado por Darcy Ribeiro como “uma espécie de *pogrom*” (VALENTE, 2017: 28). Os Xavante não sabiam para onde estavam sendo transferidos e o que iria acontecer com os mesmos.

A prática de transferência de grupos indígenas fazia parte da rotina do SPI. É comum encontrar registros, em todo território nacional, de grupos indígenas que ao reivindicarem terras ou se oporem a colonização de suas terras, eram transferidos para terras de outros povos, pelo SPI, no “o lugar de índios”, como ficaram conhecidas as reservas (BRIGHENTI, 2010).

São dezenas de casos de atos criminosos praticados pelo Estado brasileiro através do SPI, que protegido pelo regime tutelar, abusava dos povos indígenas, vendendo suas terras para fazendeiros e transferindo os grupos para outras regiões. Arrancados de seus lugares, não tinham forças para resistir aos processos. O caso do povo Xetá, no Paraná, é emblemático. Na década de 1940 as terras desse povo são vendidas pelo estado para fazendeiros. O SPI, ao invés de proteger a população, auxiliou na doação das crianças Xetá para adoção por famílias não indígenas ou mesmo indígenas de outros povos. O povo perdeu toda a terra e praticamente foi extinto. Nunca ninguém foi punido por esse crime (MOTA; FAUSTINO, 2018). Rubens Valente relata também o caso da transferência do povo Kayabi, pelo SPI, em 1966, “dentro de duas semanas morreram 198 pessoas” (VALENTE, 2017: 28).

Uma semana após a transferência, cerca de 90 xavantes morreram de sarampo, quase 30% da população transferida. Com apoio dos Xavante da Terra Indígena São Marcos, dos Padres Salesianos e das Assembleias Indígenas que começam a ser realizadas a partir de 1974, os Xavante vão conhecendo seus direitos, acumulando forças e passam a reivindicar o retorno para a terra de Marãiwatsédé. Importante destacar que na década seguinte o movimento indígena no Brasil, com seus apoiadores, conseguiu modificar radicalmente a Constituição Federal (1988), ao reconhecer os povos indígenas em sua diversidade linguística e cultural. Agora não mais objetos de integração e nem tutelados, mas autônomos, podendo livremente decidir seu caminho. De São Marcos surgem lideranças ativas como o líder Mário Juruna. Com um estilo bastante próprio, ganhou notoriedade nacionalmente e passou a criticar duramente os crimes praticados contra seu povo:

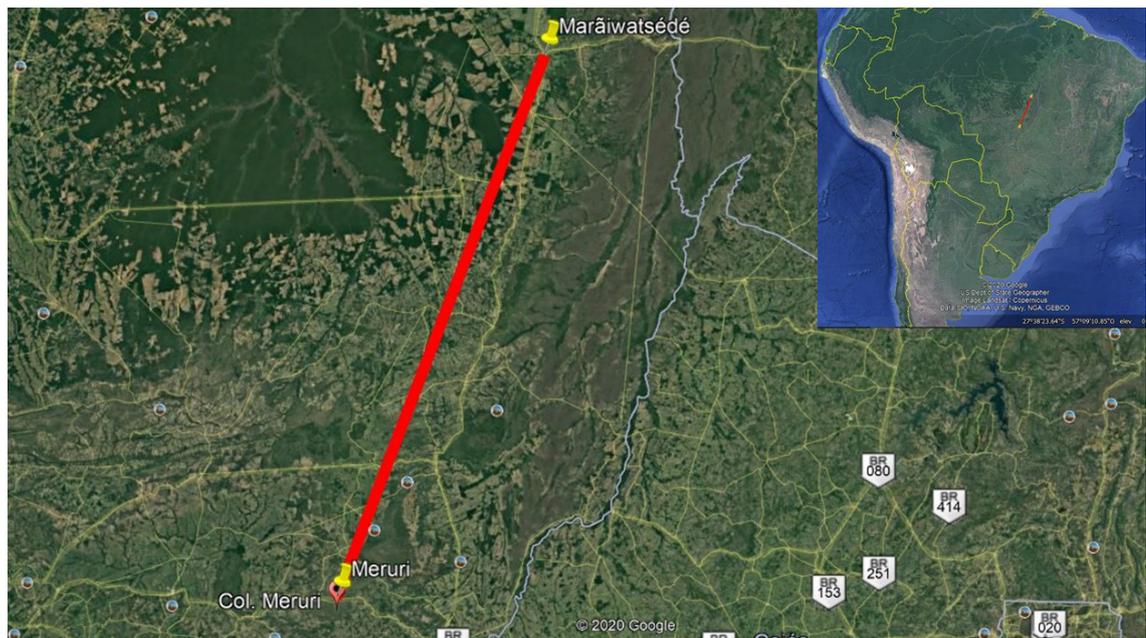
1 O termo *pogrom*, de origem ídiche-russa, é frequentemente atribuído a perseguições violentas e massivas, com destruição simultânea de casas, negócios ou centros religiosos, dirigidas deliberadamente a um grupo étnico ou religioso e sendo aprovadas ou toleradas por autoridades locais. O termo ganhou notoriedade internacional a partir dos ataques violentos contra judeus no final do século XIX, na Rússia.

As críticas de Juruna ecoaram as inquietações de uma ampla base social, e ele se tornou um símbolo a representar os setores menos favorecidos e os desprovidos de terra do país. Em 1982, elegeu-se deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, convertendo-se no primeiro e único líder indígena brasileiro a chegar ao Congresso Nacional (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2020).

Voltar a Marãiwatsédé passa a ser não apenas a luta do pequeno grupo sobrevivente do massacre, mas uma forma do movimento indígena brasileiro demonstrar e denunciar a genocida política indigenista do SPI e da Funai – vale destacar que a Fundação Nacional do Índio (Funai) substituiu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em dezembro de 1967. Eivado de crimes e violências, o caso Marãiwatsédé expunha o Brasil no cenário nacional e internacional pelo maltrato com a população nativa. A terra de origem, Marãiwatsédé, tinha virado pasto e arrozal e a Suiá-Missú havia vendido a terra para a petroleira Italiana AGIP Petrolí.

O tema de Marãiwatsédé ganhou destaque durante a ECO-92. Pressionada, a AGIP anunciou publicando, em junho de 1992, que a terra pertencente aos Xavante seria devolvida (PORANTIM, 2004).

Figura 2. Diáspora Xavante - em terras estranhas – cerca de 500 km ao sul. Esquema montado pelo autor com base cartográfica do Google Earth pro (2020).



Pressionada também pelo clima da ECO-92, a Funai criou um Grupo Técnico através da Portaria 09/92 para proceder os estudos de identificação e delimitação da terra indígena, com base no Decreto MJ 22/91, que regulamentava a demarcação de terras naquela época. A Portaria 09/92 é publicada no Diário Oficial da União em janeiro de 1992, tendo os trabalhos iniciados no mês de fevereiro. O “Relatório Circunstanciado” foi concluído em abril, reconhecendo o óbvio, que a terra pertencia ao povo Xavante (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2020).

O Jornal Porantim (2004) informa que uma semana após o anúncio de que a AGIP iria devolver a terra indígena, o preferido de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia (MT), municípios vizinhos a Terra Indígena, organizaram uma invasão a terra dos Xavante, arregimentando mais de dois mil posseiros, inclusive com pretensões de criar um novo município e impedir o retorno



dos Xavante à suas terras tradicionais: “Assim, com os apoios políticos local e regional, foi consolidada a invasão. Segundo levantamento feito pela Funai, a maioria dos invasores iniciais já vendeu suas posses e são outros e novos a ocupar a área” (PORANTIM, 2004: 11). A presença de posseiros era uma maneira de criar comoção social e camuflar os verdadeiros interessados sobre as terras, que eram os grandes fazendeiros.

A cronologia dos próximos 20 anos será tortuosa. Conflitos, ameaças, disputas judiciais, lentidão administrativa e pressão de políticos/empresários do Mato Grosso, demonstram que a disputa em torno da TI Marãiwatsédé é o exemplo do que ocorre com as terras indígenas no Brasil.

Retomando o percurso de 1992, quando tudo parecia se encaminhar para a devolução de 165 mil hectares de terra aos Xavante, quando a Funai concluiu os estudos e demonstrou que de fato a terra pertencia aos Xavante, conforme determinava a legislação brasileira e, quando a multinacional AGIP decidiu devolver a terra e quando o processo paralisou, uma ação judicial contra a empresa Italiana, por motivos outros, levou a leilão ao menos 65 mil hectares de terra dos 160 mil da terra indígena. Esse processo do leilão ocorreu mesmo depois do Grupo AGIP ter prometido a devolução da área. O Jornal Porantim (1994) recordou que sete representantes Xavante tentaram assistir ao leilão dos 65.960 hectares da multinacional AGIP Brasil. Após quase duas horas de discussão com organizadores do evento, o grupo foi impedido de acompanhar o leilão.

Segundo o Instituto Socioambiental (2020), em fevereiro de 1995, o deputado federal Gilney Viana (PT-MT) acusou os próprios parlamentares, afirmando que aqueles que: “compõem a bancada federal do MT está sendo acusada de ter incitado invasões de posseiros e tentar impedir a demarcação de Marãiwatsédé”. A denúncia de Viana se confirmou quando, no mesmo mês, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, mandou paralisar a demarcação da TI Marãiwatsédé, sustentando os efeitos da portaria para atender o pedido dos senadores Júlio Campos, Carlos Bezerra e Jonar Pinheiro.

O ministro Nelson Jobim se tornou referência em atender o pleito dos setores contrários aos indígenas, quando em fevereiro de 1996 publicou o Decreto 1775, em substituição ao Decreto 22/91, que regulamentava a demarcação de terras indígenas. A novidade do decreto de Jobim foi ter incluído o contraditório em processo administrativo, algo totalmente ilegal, mas que servia para atender aos setores contrários. A partir de então, contrários às demarcações podiam participar dos processos e ganhavam prazo de 60 dias após a publicação dos relatórios para contestar os mesmos e apresentar suas alegações.

É importante ressaltar que os Xavante tiveram uma vitória importante em 1995, quando a Justiça negou o pedido dos posseiros de permanecer na terra Marãiwatsédé, porque, segundo o juiz, os títulos outorgados pelo estado na década de 1960 ocorreram de maneira ilegal.

Em setembro de 2000, após 34 anos de exílio, os Xavante se preparavam para regressar a Marãiwatsédè, porém novas decisões judiciais impediram de regressar. As pendências judiciais se estenderam por quatro anos. Em janeiro de 2004 a Justiça Federal do MT mantinha os posseiros na terra indígena e impedia o retorno dos Xavante. Porém, no mês de agosto daquele ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a terra Marãiwatsédè como terra dos Xavante e garantiu o retorno do exílio. No entanto, não poderiam ocupar toda a terra, apenas $\frac{1}{4}$ da mesma, devendo aguardar a decisão sobre a retirada dos posseiros.

O retorno dos Xavante foi comemorado com muita festa. Porém, o Marãiwatsédè já não existe mais (figuras 3 e 4). Não há mais mata, não há mais animais, a terra está arrasada, pisada pelo casco do gado e socada pelo pneu do trator. O veneno contaminou as águas e eliminou os peixes.

Figura 3. Encontro com a terra arrasada. Porantim (2004).



a serraria tinha em seu armazém centenas de metros cúbicos de madeira e foi abandonada às pressas logo depois da chegada dos índios a Marãiwatsédé.

“O cenário é de terra arrasada e as condições são subhumanas” confirmou o Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Jean-Pierre Leroy, durante sua visita à terra Xavante, no final de agosto deste ano.

Na visita, Leroy, que teve apoio do programa de voluntários da Organização das Nações Unidas (ONU), encontrou os Xavante sem comida, sem a mata, sem caça e sem condições de trabalhar na agricultura. “Trata-se de uma situação semelhante a das famílias de camponeses sem terra que recém ocupam, no entanto pior por sofrerem com o racismo e contarem com pouquíssimo apoio”, testemunha o relator que depois de ouvir as denúncias feitas pelas lideranças sobre violações de direitos humanos fará o texto que servirá como base para o relatório anual da ONU.

Outro que atesta a situação de calamidade é Denivaldo Roberto funcionário da Funai local “A terra está muito ácida e é preciso corrigir o PH”. “Sem essa correção não é possível plantar alimentos – como feijão, arroz, milho – para o auto-sustento. Além disso, a comunidade encontra dificuldades para levantar suas casas. Não existe a palha de piaçava (tradicional nas construções Xavante) próximo ao local”, acrescenta o funcionário. ➔

O reencontro com uma terra arrasada

A felicidade da volta se contrapõe com a triste realidade na qual se encontra a terra Marãiwatsédé. “Cadê a mata? Cadê a proteção do Ibama?! Não tem nenhuma pessoa do governo que tome responsabili-

dade por isso. Olha este campo como está”, afirma desolado cacique Damião apontando para a o descampado arenoso. Situação de grande tristeza, especialmente para os mais velhos que recordam do tempo em que em Marãiwatsédé reinava a vida entre os homens, os animais e a terra.

No retorno para sua terra, os Xavante encontraram uma serraria irregular responsável por boa parte da destruição. Propriedade do madeireiro conhecido como Luiz,

Além disso, o retorno ocorreu com muito cuidado. O receio de ser atacado pela população não indígena enfurecida e estimulada por políticos regionais era iminente. Enquanto as mulheres se ocupavam da construção de casas provisórias, os homens se ocupavam de montar guarda e vigiar as terras para evitar ataques.

Somente em 2013 a Funai concluiu a retirada dos invasores. O Instituto Socioambiental (2020) noticiou que a “desintrusão, segundo a Funai, foi totalmente concluída. Domingo (27) [janeiro], o oficial de Justiça realizou o último sobrevoo para verificar a situação da área e entregou à Funai o “Auto de desocupação final”.

Tanto para entidades de defesa dos direitos indígenas como para o próprio movimento indígena, os posseiros eram apenas “testa de ferro” para os latifundiários legitimarem suas posses na referida terra. A presença do camponês gerava comoção social, fato que não ocorria com o latifúndio. De fato, uma das últimas medidas judiciais foi em abril de 2013, quando o STF manteve o “bloqueio de bens de desembargador por invasão à Terra Indígena Marãiwatsédé”, noticiou o Conselho Indigenista Missionário Cimi (CIMO, 2013).

Pela figura 4 percebe-se que em 14 anos (1998 a 2012) o desmatamento foi quase que total sobre a terra Marãiwatsédé. Os Xavante conseguiram recuperar uma parte, porém já não é mais Marãiwatsédé, é terra arrasada, desmatada, queimada. Os posseiros (camponeses e fazendeiros) deixaram a terra, mas levaram toda a madeira e o espírito da terra que reside nas florestas. Os Xavante terão um longo caminho pela frente para recuperar a mata e trazer de volta a riqueza da vida.

Considerações finais

Em 12 de maio de 2016 os Xavante denunciaram ao Ministério Público Federal (MPF) no MT, que políticos regionais estavam articulando uma nova invasão na TI. O próprio MPF noticiou o fato que chamou de “reinvásão”:

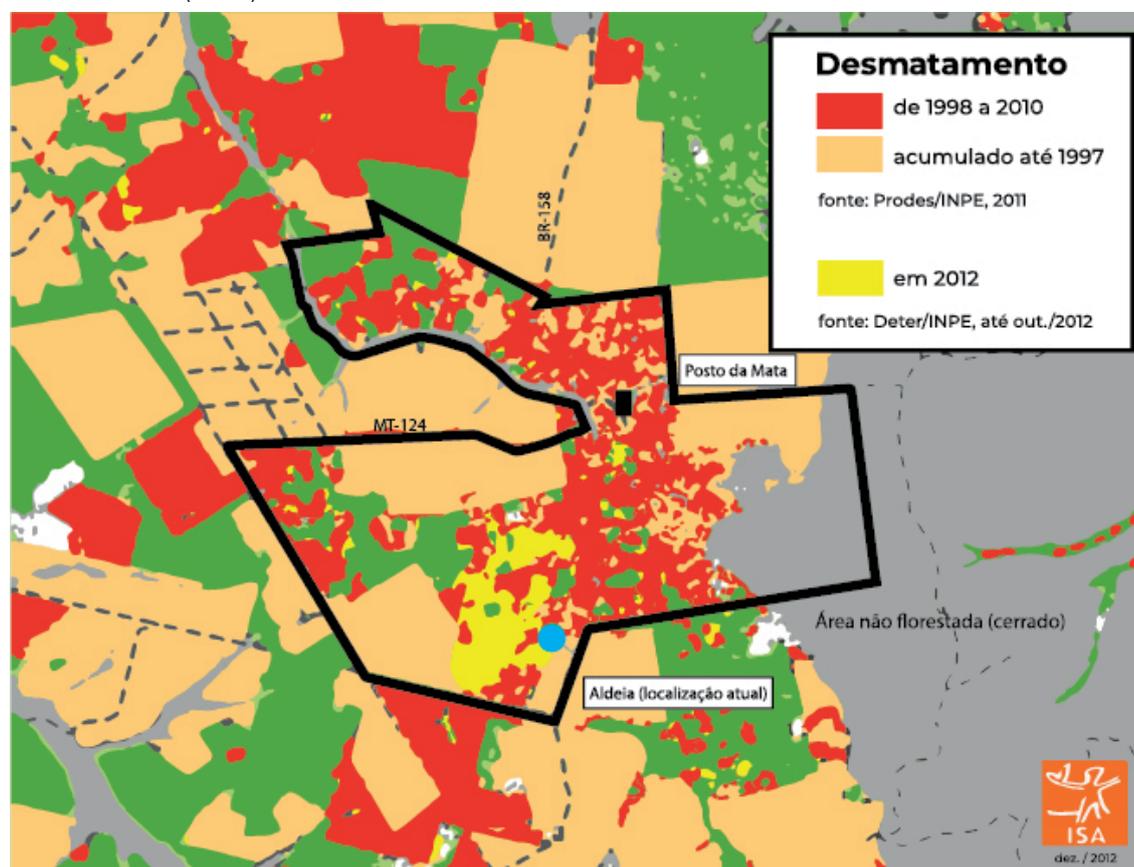
Há duas semanas o MPF em Barra do Garças (MT) acompanha a movimentação de pessoas no município de Alto Boa Vista, que articulam uma possível reinvasão à Terra Indígena Marãiwatsédé. As notícias sobre a realização de reuniões públicas para a reinvasão da Terra indígena foram confirmadas em diligências realizadas na região pela Funai (MPF, 2016).

A matéria informava ainda que os próprios indígenas se organizaram e montaram vigilância e guarda nos pontos mais sensíveis da TI, que seria o entroncamento da BR 158 com a 242, local denominado Moonipa, onde era a vila dos posseiros do Posto da Mata. A denúncia é apenas uma mostra de como a legislação não é obedecida quando a disputa é com indígenas.

As narrativas produzidas pelos dois curtas-metragens nos fazem perceber o sentimento dos Xavante ao regressar depois de quase 40 anos no exílio. Não reconhecem mais o lugar que derivou o nome da exuberância da mata. Mas a terra lhes pertence, não como bem material, meio de produção, mas enquanto fonte de vida. A terra nunca acaba, por mais que esteja maltratada ela é sagrada, já o dinheiro e os bens materiais acabam porque são momentâneos, resultado da ganância de alguns. Lamentam os Xavante que antes bastava plantar, agora a terra ficou fraca, porque não foi cuidada.

Os curtas abordam também elementos da mitologia do povo e como ela foi alterada e ressignificada para dar conta do tempo presente, repleto de conflitos e angústias com as incertezas. Na mitologia Xavante, Deus organizou o povo pelas águas. Mas o homem branco não entende isso, “o branco não respeita nada. Foi para nos roubar que os seus antepassados cruzaram o mar” (HOMEM..., 2010, 1 min) relata o ancião em seu depoimento ao curta.

Figura 4. Marãiwatsédé já não mais existe, agora é mata arrasada. Mapa do desmatamento. Instituto Socioambiental (2020).



Homem Branco em Marãiwatsédé, A Terra Não Termina

Os Xavante se consideram os donos da terra, não no sentido de proprietários, mas de guardiões, porque, segundo os sábios, antigamente a terra era muito mais forte e bela, mas “você não entende isso” (HOMEM., 2010, 2 min), lamenta. Observa o cacique Damião que antes tinha abundância de arara azul, arara amarela, papagaio, hoje não tem mais porque desmataram tudo, “o bicho não tem onde ficar” (A TERRA..., 2012, 2 min).

Com bastante lucidez, os curtas demonstram como os Xavante fizeram uso da história e da memória para resistir no exílio e criar forças para retomar as terras ancestrais. De acordo com Ecléa Bosi: “(...) existe, dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo” (BOSI, 2003: 23), definida como memória. Por sua vez, Le Goff (2013) observa que a memória coletiva é uma conquista, porque se traduz em instrumento de poder, de mobilizar a sociedade, de manter viva a referência de um pertencer coletivo.

Na figura 05 é possível perceber as pequenas frações de terras que restaram do território Xavante com a invasão de seu território a partir dos anos de 1940.

Assim, os curtas cumpriram com o propósito a que se propuseram, isto é, de dar visibilidade a memória do povo Xavante, em especial das pessoas que foram exiladas da terra Marãiwatsédé. A Memória é o que mobiliza o povo, porque são coletivas, resultantes de uma experiência de coletividade.

Pierre Nora nos ajuda a compreender a dimensão da memória viva, que para esse autor é aquela que “está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993: 9). O autor faz uma distinção conceitual de Memória e História. Para Nora, a história é a reconstrução daquilo que já foi, que não mobiliza, diferente da memória, que é um fenômeno sempre atual:

(...) um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. (...) A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une (...) ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história se conhece o relativo (NORA, 1993: 9).

É pela memória que o Cacique Damião e seus parentes foram na Rio+20, como participaram também da ECO-92, levando o mesmo tema, reafirmando e recontando a mesma história. É pela memória que o povo resistiu quase 40 anos, e voltou.

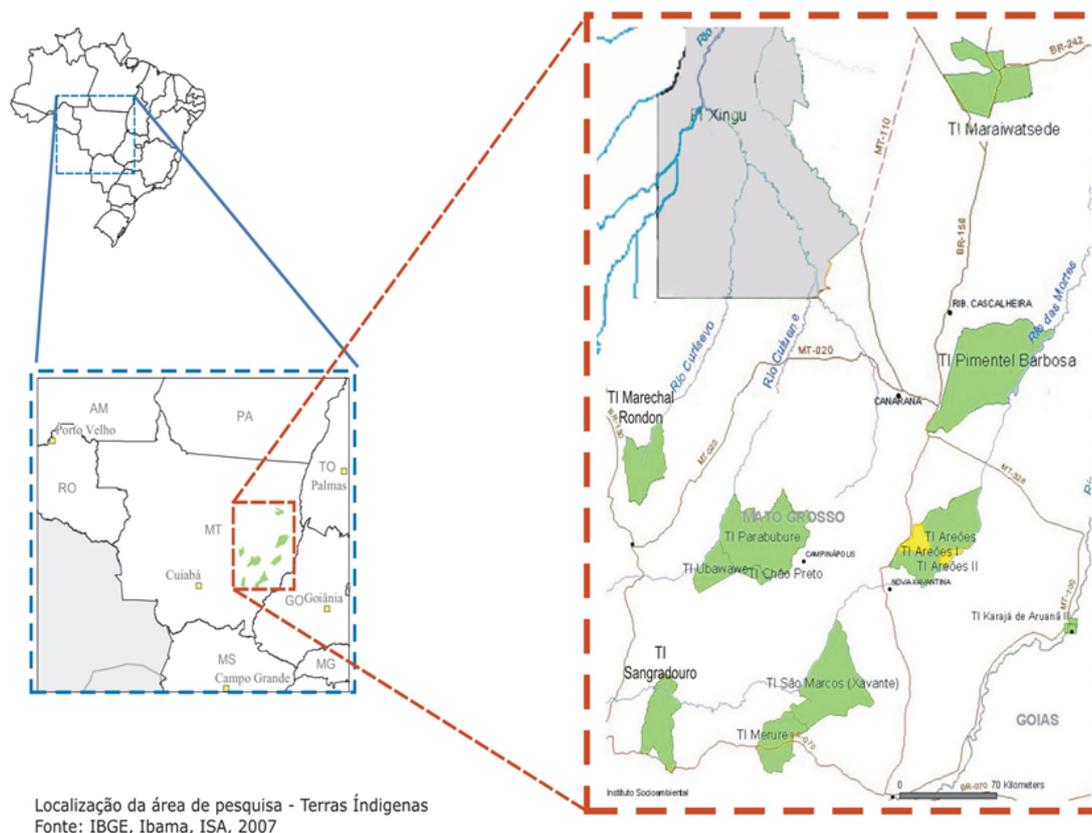
Uma notícia positiva para os Xavante, depois de tantas violências, foi a ação Civil Pública movida contra a União, Estado de Mato Grosso, Funai e particulares pelo Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Regime Militar, formado por procuradores do MPF, conforme notícia divulgada pelo próprio MPF:

A Fundação Nacional do Índio (Funai), a União, o Estado de Mato Grosso e 13 herdeiros das terras da fazenda Suiá-Missu respondem a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) por violarem os direitos dos povos Xavante de Marãiwatsédé durante a ditadura. Entre os pedidos do MPF, destaca-se a realização de uma cerimônia na Terra Indígena Marãiwatsédé com a presença do primeiro escalão do Poder Executivo Federal e Estadual para que seja feito um pedido público de desculpas ao Povo Xavante pelas graves violações de direito perpetradas contra a etnia durante o regime militar.

Entre os diversos pedidos na ação, também consta a solicitação de pagamento de uma indenização no valor de R\$ 129.837.000,00 à comunidade indígena, tendo em vista os danos morais e materiais decorrentes do período de 48 anos em que membros da etnia Xavante ficaram afastados de suas terras. No texto, que possui 81 páginas, o MPF faz uma contextualização histórica em detalhes de como se deu a remoção forçada da comunidade Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé, território tradicional, em meados de agosto de 1966, relatando a submissão da comunidade indígena a regime de trabalho análogo à escravidão, ao serem utilizados como mão-de-obra na Fazenda Suiá-Missu (MPF, 2019).

Por fim, destacamos o quanto o cinema é um importante veículo da modernidade que, nesse caso, traz relevante contribuição à memória. Registra, sintetiza, divulga e amplia as possibilidades de tornar conhecida a história que o Brasil desconhece.

Figura 5. Localização das Terras Indígenas Xavante –MT. Gomide e Silva (Orgs., 2007).



Referências

A TERRA não termina. Direção: Marcelo Bichara. Produção: Marcelo Bichara. Fotografia: Marcelo Bichara, Karine Narahara. Trilha: Cacá Amaral. Brasil, 2012. 1 vídeo (15 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xQDOrRyZexM> Acessado em 18 abr. 2021



Homem Branco em Marãiwatsédé, A Terra Não Termina

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

BRIGHENTI, C. **Estrangeiros na Própria Terra**: Presença Guarani e Estados Nacionais. Chapecó-Florianópolis: Argos/EdUFSC, 2010.

CIMI. **STF manteve bloqueio de bens de desembargador por invasão à Terra Indígena Marãiwatsédé**. 2013. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/03/39358/>. Acesso em: 29 de março de 2020.

CINEMA NAS ALDEIAS XAVANTE: VER, OUVIR E DEBATER. **Informações sobre filmes contidos na caixa**. [2017]. Disponível em: <http://www.uenf.br/dic/ascom/wp-content/uploads/sites/4/2017/07/Videos-xavante-sinopse.pdf>. Acesso em 29 mar. 2020.

CORNILS, P. “**O medo não faz nada**. Precisa coragem’: a saga de 46 anos para um povo xavante voltar à própria terra”. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/02/20/xavante-carolina-rewaptu-mato-grosso-ditadura/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

GARFIELD, S. A política indigenista do SPI e seus limites entre os Xavantes, 1946-1961. In: FREIRE, Carlos. A. da Rocha. (Org.). **Memórias do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-Funai, 2011. pp. 341-350

GOMIDE, M.; SILVA, M. (Org.). **Localização das Terras Indígenas Xavante –MT**. 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/6888/img-1.png>. Acesso em 22 abr. 2020.

HOMEM branco em marãiwatsede. Direção: Marcelo Bichara. Produção: Marcelo Bichara, Eloy Figueiredo e Márcio Costa. Trilha musical: Cacá Amaral, Grupo Tsawidi. Tradução xavante-port: Osmar Xavante. Brasil, 2010. 1 vídeo (12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PmcYfd82bbw&t=1s> Acessado em 18 abr. 2021

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/ISA. **Cronologia**. Disponível em: <https://maraiwatsede.org.br/>. Acesso em: 30 mar.2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/ISA. **Xavante**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xavante>. Acesso em: 30 mar. 2020

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

MOTA, L. FAUSTINO, R. **O SPI e os Xetá na Serra dos Dourados - PR: acervo documental 1948 a 1967**. Maringá: Eduem, 2018.

MPF. **Ministério Público Federal no Mato Grosso (MPF/MT) investiga rumores de reinvasão à Terra Indígena Marãiwatsédé**. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/mpf-investiga-rumores-de-reinvasao-a-maraiwatsede>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MPF. **MPF ajuíza ação por violações cometidas contra Xavantes de Marãiwatséde durante a ditadura**. 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/abrilindigena-mpf-ajuiza-acao-contr-uniao-estado-de-mato-grosso-funai-e-particulares-por-violacoes-cometidas-durante-a-ditadura-militar-contr-xavantes-de-maraiwatsede>. Acesso em 31 mar. 2020.

NASCIMENTO, P. **Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente às políticas indigenistas no século XVIII**. Tese Doutorado (271 p.). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal De Goiás Faculdade De História. GOIÂNIA, 2019

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.



PORANTIM. **Terra Marãiwatsédé: A volta do povo Guerreiro**. Brasília: Cimi, ano XXVI N° 268, setembro de 2004.

PREZIA, B.; HOORNAERT, E. **Brasil Indígena: 500 anos de resistência**. São Paulo: FTD, 2000.

VALENTE, R. **Os Fuzis e as Flechas. História de Sangue e resistência indígena na Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.